

Lula anuncia nesta quarta-feira novos números do desmatamento na Amazônia

01/12/2010

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva anuncia nesta quarta-feira (1º) a nova taxa anual de desmatamento da Amazônia, com os números da devastação entre agosto de 2009 e julho de 2010. O acumulado deve chegar a cerca de 5 mil quilômetros quadrados (km²) a menor taxa desde o início do monitoramento pelo sistema Prodes, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

Em 2009, a Amazônia perdeu 7,6 mil km² de floresta, consolidando a tendência de queda observada pelo Inpe desde 2005, depois que a derrubada atingiu pico de 27 mi km² de desmate em 2004.

Lula desistiu de ir à 16ª Conferência das Partes da Organização das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP-16), que está sendo realizada em Cancun, no México, e vai até o dia 10 de dezembro, mas os novos números do desmatamento deverão ser usados pela delegação brasileira para ilustrar os esforços nacionais de redução de emissões de gases de efeito estufa.

Se chegar aos 5 mil km², o Brasil se aproximará muito da meta de reduzir o desmatamento da Amazônia em 80% até 2020. Pelo cronograma, assumido em compromisso internacional, daqui a dez anos, o país chegará a uma taxa anual de 3,5 mil km² de desmate. O governo já cogita antecipar o cumprimento da meta para 2016.

No entanto, apesar da tendência de queda, o desmatamento na Amazônia tem mudado de perfil. As operações de fiscalização e controle e as medidas de restrição ao crédito para propriedades irregulares conseguiram frear a devastação de grandes áreas de florestas, mas os pequenos desmatamentos estão aumentando em número e se espalhando por regiões até então conservadas.

Nos próximos anos, o combate à derrubada ilegal da floresta vai ter que incorporar novas estratégias, principalmente ligadas à regularização fundiária, para evitar a abertura de novas frentes de desmatamento.

O presidente também deve apresentar novos números do desmatamento na Mata Atlântica, bioma mais devastado do país. Lula ainda deve assinar o decreto que cria o Macrozoneamento Econômico Ecológico (MZEE) da Amazônia Legal. O plano funciona como um mapa de possibilidades da região, de acordo com as características naturais, vocação econômica e risco à biodiversidade. Entre outras medidas, o MZEE vai definir áreas prioritárias de conservação, restringir atividades econômicas predatórias, e criar novas diretrizes para a pecuária na região. (Fonte: Luana Lourenço/ Agência Brasil)